

AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITAL E DO TRABALHO SOB A ÓTICA DAS TEORIAS CRÍTICAS SOBRE A ECONOMIA POLÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANTONIO MOREIRA DE CARVALHO NETO
DOUTORANDO DO CEPEAD/FACE/UFGM

"Hoje, políticos, economistas, tecnocratas, empresários, todos nos impõem leis inexoráveis que temos que seguir. A política não é o reino do inevitável ou da necessidade, mas sim do possível, da escolha e, às vezes, da transformação" (Jacques Rancière, filósofo francês, JB, 16/06/96).

Para compreender as transformações econômicas do capital e do trabalho que se deram a partir dos anos 70 faz-se necessário, primeiramente, situar a análise à luz da teoria sobre economia política das relações internacionais.

O liberalismo, o nacionalismo e o marxismo, as três grandes matrizes ideológicas da modernidade européia, segundo Gilpin (1987), deram origem às teorias contemporâneas sobre a economia política das relações internacionais. Como ideologias que são, partem de axiomas, de dogmas. Abaixo procura-se alinhar essas teorias *en passant*.

O liberalismo sempre perseguiu a utopia do "estado-mínimo", da "mão invisível" do mercado regulando preços e concorrência, da auto-regulação da sociedade. Utopia que, embora nunca testada, está no auge, principalmente após o fim da URSS. Como teorias de filiação liberal, pode-se enumerar, a grosso modo: a da economia dual e o liberal-internacionalismo. Na teoria da economia dual, o centro desenvolvido favorece o desenvolvimento da periferia com o tempo.

O liberal-internacionalismo apresenta duas faces, a versão ético-política e a versão econômica. A versão ético-política de inspiração kantiana aposta em mais democracias republicanas e no aumento do comércio mundial favorecendo menos guerras, no unimundismo, no governo mundial. A versão econômica é voltada para o mercado, assumindo as formas clássica, neo-clássica, monetarista e da expectativa racional, defendendo uma menor intervenção do estado na economia, enquanto a forma keynesiana defende o estado mais intervencionista.

O nacionalismo, que vem evoluindo desde o mercantilismo, o estatismo e (neo)protecionismo, subordina rigorosamente indivíduo, mercado e atividade econômica ao estado. Como teorias de filiação nacionalista pode-se alinhar: a neorealista e a da estabilidade hegemônica.

O objetivo central da teoria neorealista é o poder político-militar dos estados em disputa. Nos EUA, por exemplo, durante a Guerra Fria, Morgenthau e depois Henry Kissinger viviam entre as cátedras acadêmicas e a Secretaria de Estado norte-americana, implantando na prática e ao mesmo tempo desenvolvendo na academia a sua teoria neorealista, que manteve a bipolaridade ideológica do mundo "livre" x a URSS e o bloco socialista até a vitória do programa militar "Guerra nas estrelas" dos governos Reagan-Bush. O unimundismo kantiano de Roosevelt sucumbiu já em 1947 ao "livre-mundismo" da Guerra Fria.

A teoria da estabilidade hegemônica, cujas bases foram formuladas por Kindleberger, pressupõe que a economia capitalista cresce com estabilidade somente quando há um poder hegemônico global, reconhecido política e militarmente. Assim foi, por exemplo, durante a Pax Britannica e, depois, durante a Pax Americana. Wallerstein, Gilpin e Arrighi, entre outros, desenvolveram essa teoria, que é importante para a compreensão do período de crise da hegemonia americana em que nos encontramos desde os anos 70. Nesse período de "caos sistêmico", conforme a denominação de

Arrighi (1995), são as estratégias de poder das três grandes potências mundiais de hoje, os EUA, a Alemanha e o Japão, é que vão definir o futuro da nova ordem (ou desordem) mundial. Arrighi faz seu construto baseado em ciclos de acumulação, enquanto Gilpin e Wallerstein se baseiam nos ciclos de Kondratiev. Como se verá adiante, Wallerstein desenvolveu uma teoria própria, embora sobre a base da teoria da estabilidade hegemônica, e Arrighi parte de Wallerstein.

O marxismo é um projeto de transformação, um dever-ser. Como método analítico, desenvolve dois corpos autônomos: o materialismo histórico e a economia política. A dedução em Marx é hipotética, categórica, muitas vezes nomológica. As leis econômicas marxistas sem dúvida se constituíram em grande contribuição à economia. No entanto, o marxismo, ao estabelecer o automatismo ou a dependência da vontade reformadora, abre caminho para a redução do diverso ao uno.

Como teorias de filiação marxistas pode-se enumerar: as teorias sobre o imperialismo e as teorias da dependência. Para Lenin, o imperialismo é inerente a uma etapa do capitalismo, enquanto para Kautsky tinha a ver com as mudanças do capitalismo. Já para Rosa de Luxemburgo o imperialismo é inerente ao capitalismo.

As teorias da dependência, que se desenvolveram a partir da premissa de que os países capitalistas centrais bloqueiam o pleno desenvolvimento da periferia e extraem os excedentes, podem ser agrupadas a partir de duas grandes linhas de pensamento: a escola cepalina do desenvolvimentismo e da substituição de importações para fazer frente à desigualdade entre o centro e a periferia na distribuição do progresso (a partir de Raul Prebisch); e um segundo grupo, sob a influência da obra de Paul Baran, para quem, como André Gunther Frank e Teotônio dos Santos, a periferia só restava a revolução socialista (Palma, 1978).

A teoria de Wallerstein (1980), o *World Economy System*, poderia ser considerada de filiação marxista, na ausência de outra categorização mais adequada. Wallerstein avança ao pensar o capitalismo como sistema global, a divisão internacional do trabalho e as relações hierárquicas entre estados.

Em suma, o embate se dá entre, de um lado, a utopia liberal da auto-regulação da sociedade através da "mão invisível" do mercado, o não ao estado; do outro lado, a valorização das superestruturas estatal e econômica, das classes como atores sociais coletivos.

Cox (1986) diz um não à teoria liberal, um não à maior parte do marxismo do século XIX e um não relativo a Wallerstein (por desconsiderar as estruturas nacionais). O autor reagrupa as teorias acima em duas grandes categorias: as *Problem Solving Theories* e as teorias críticas.

Para Cox (op cit), as *Problem Solving Theories*, que reúnem as teorias de filiação liberal e nacionalista, põem entre parênteses tudo o que está fora do seu problema. A realidade é aceita como dada, imutável, ecoando um certo primarismo positivista.

As teorias críticas de Cox agrupam as teorias de filiação marxista e a teoria do *World Economy System*, formulada por Wallerstein (1980). Segundo Cox (op cit), as teorias críticas dão mais conta da totalidade, do social e da História, uma vez que o seu tema central é a mudança.

O marxismo propõe o tratamento da ordem mundial enfatizando as contradições e o conflito, considerando as relações entre jogadores movidas pelas diferenças de poder entre eles. Para Marx, em oposição ao liberalismo, os jogadores não começam o jogo em igualdade de condições. No entanto, a proposta metodológica original do materialismo histórico de pensar as relações econômicas e de poder de acordo com as relações entre as superestruturas e as infraestruturas não chegou a ser feita pelos pensadores marxistas, segundo Cox (1986).

Cox ressalta a necessidade de entender nossa época a partir da modificação das regras, e não somente dos jogadores. A partir de um tratamento que se baseia na tradição do materialismo dialético histórico, o autor sublinha as contradições e o conflito, trabalhando com relações hierárquicas entre jogadores com poder desigual. Cox parte do princípio que as unidades de

observação são estruturas históricas que estão sempre compostas por idéias, capacidades materiais e instituições, e que é a forma como se relacionam as forças sociais, as formas de estado e a ordem mundial é que permite pensar a questão da hegemonia.

O recurso às teorias críticas de Cox é fundamental para compreender melhor as transformações do capital e do trabalho nesse caos sistêmico que se seguiu à crise da hegemonia americana. A luz de autores que podem ser alinhados nas teorias críticas, como Arrighi (herdeiro de Wallerstein, que ele, Arrighi, ultrapassa) e de autores como Gilpin (que, embora possa ser situado mais categoricamente na corrente teórica da estabilidade hegemônica, é um eclético), procurar-se-á entender os macro-processos da transição do capitalismo neste último quarto de século. Procurar-se-á, também, indicar a simultaneidade entre as crises econômicas e as crises políticas, já que a ordem política, que é bem abordada em Hobsbawm (1995), está pouco presente nesses autores.

Estado e mercado sempre estiveram em mútua interação no mundo moderno. A relativa influência do estado ou do mercado muda no tempo e sob diferentes circunstâncias. Interesses e decisões políticas influenciam tanto as atividades econômicas quanto os seus custos e benefícios. Por outro lado, o mercado e as forças econômicas afetam a distribuição do poder e da riqueza entre os estados e outros atores políticos (Gilpin, 1987).

O estado sempre adotou medidas para proteger a sociedade e/ou seus próprios interesses no jogo de poder nacional e internacional, seja contra as falhas de mercado, seja até desorganizando a vida industrial, segundo Polanyi. Para isso utiliza de mais ou menos regulamentação, conforme os interesses estatais de acordo com o estágio de desenvolvimento de determinado ciclo do capitalismo. Portanto, a utopia liberal de auto-regulação da sociedade nunca se concretizou.

Arrighi (1996), estudando os ciclos de acumulação capitalista desde o século XV, conclui que, nos últimos 500 anos, a expansão capitalista deveu-se à capacidade do estado que se constituiu em potência hegemônica durante determinado ciclo em promover, organizar e regular uma nova fase expansionista. Assim foi durante os cem anos de Pax Britannica (de 1815 até 1914), quando a Grã-Bretanha controlava o mercado mundial através da sua supremacia naval e de sua estrutura de entreposto comercial. Assim foi durante a hegemonia norte-americana, esta de caráter mais intervencionista e regulador que a britânica, valendo-se da forte dependência da economia mundial em relação ao dólar (Arrighi, *op cit*). Trata-se, portanto, de intervenção estatal em nível macro, na economia política internacional, que vai se desdobrar no nível dos estados nacionais.

Arrighi (*op cit*) faz uma reconstrução lógica e provocativa da história do capitalismo, ao introduzir os ciclos genovês e holandês anteriormente à Pax Britannica e à Pax Americana. Um conceito fundamental na obra de Arrighi é que as hegemonias se sucedem dentro de um sistema variável, mediadas por períodos de caos sistêmico, quando há ruptura das instituições, desrespeito pelas regras internacionais e corrida competitiva destrutiva como, por exemplo, entre 1914-45. Hoje a corrida competitiva dá sinais de ser destrutiva, "deletéria", como coloca Kurz (1992), com a exacerbação da polarização social inclusive no âmbito do G-7 e com regiões inteiras desindustrializadas dentro da própria OCDE, além da exclusão de continentes inteiros, como a África. A financeirização do capital, com desaceleração do crescimento econômico e intensa competição empresarial e interestatal marcaram o outono dos ciclos genovês, holandês, britânico e é exatamente o que vem ocorrendo desde os anos 70, com a crise da hegemonia americana, como se verá adiante.

Um outro conceito marcante em Arrighi (*op cit*) é a reafirmação do princípio weberiano de que o capitalismo só é capitalismo quando é o estado que impulsiona a acumulação. A tendência do capitalismo à globalização nasceu com ele, é inerente e permanente, não corresponde a uma novidade da atual fase. O atual discurso liberal em torno da globalização busca ocupar o lugar vazio deixado pelo fim da bipolaridade ideológica (eurocêntrica) capitalismo/"livre-mundismo"/EUA e aliados da triade (Europa e Japão) x socialismo/ URSS e bloco socialista.

Arrighi, como bom discípulo de Braudel, coloca a economia capitalista como a antítese da economia de mercado (pela qual passaria, de fato, quantia mínima da economia mundial), ou seja,

somente grandes corporações empresariais que desrespeitem a "liberdade de mercado" acumulam capital via alta lucratividade. Assim foi com as grandes corporações americanas, que, juntamente com o governo dos EUA, foram, desde o começo, vanguardas do movimento protecionista que acabou destruindo o sistema britânico de livre comércio.

A tensão permanente entre os interesses nacionais defendidos pelo estado e o movimento do capital no sentido da internacionalização é resolvida ou equilibrada a cada período histórico pelo surgimento da potência hegemônica. Os EUA, como veremos, a partir dos anos 70, utilizou sua posição hegemônica para tentar resolver seus enormes problemas internos, em prejuízo dos demais países, renunciando ao papel de equilibrar as tensões inerentes à disputa capitalista entre os sócios menores, perdendo, portanto, a capacidade de ser reconhecido como potência hegemônica dentro do próprio G-7.

Durante os anos 50 e 60, o consenso keynesiano em torno do crescimento econômico e do pleno emprego se constituiu na *golden age* do sistema fordista de regulação, uma época sem precedentes de crescimento da economia mundial. Sob o sistema fordista de acumulação, implantado no pós-guerra pelos EUA no Japão e Europa, realizou-se nos países mais desenvolvidos o círculo virtuoso de: investimento - pleno emprego - aumento da produtividade - aumento real de salários - consumo de massa - investimentos. Em todos esses países houve variados graus de intervenção estatal no tocante à política industrial e de investimentos, regulação de políticas salariais e a instituição de políticas de proteção social, sistema que ficou conhecido como *Welfare State*. Foi a época de maior concretização, nos países mais desenvolvidos (e especialmente na Europa), de uma democracia de massa substantiva, ou seja, onde virtualmente todos os cidadãos tinham, além do direito ao voto direto, acesso ao emprego, ao mercado de consumo e o direito a um sistema universal de assistência social.

O fordismo começa a dar sinais de crise monetária, de mercado e social a partir do final dos anos 60. O rápido crescimento industrial dessas duas décadas esteve associado a um crescente endividamento por parte das famílias, empresas e governo. Com o desaquecimento da economia e com os juros mais altos, esse endividamento se tornou cumulativo, elevando o custo financeiro das empresas, induzindo o repasse de preços nos setores oligopolizados, formadores de preços em escala internacional. O setor público perdia receitas e aumentava as despesas financeiras, agravando a pressão inflacionária (Teixeira, 1994).

A saturação do mercado de bens de consumo duráveis provocou o surgimento de capacidades ociosas não desejadas na poderosa indústria de bens de capital, provocando a desaceleração das taxas de crescimento da economia. As margens ociosas na produção industrial levaram à queda no comércio interno dos EUA e no comércio internacional. Essa retração no comércio levou à adoção de medidas protecionistas pelos países em competição (Teixeira, 1994). É interessante notar como nessas situações os defensores da economia de mercado abandonam o "livre" comércio... O protecionismo levou a uma queda ainda maior no comércio internacional, e assim por diante, reforçando a escalada recessiva.

A produtividade caiu, afetada pela queda no investimento tecnológico e pela maior resistência dos trabalhadores às tarefas repetitivas e à rígida disciplina fabril, culminando com a onda de protestos que varreu a Europa e os EUA em 1968 (Lipietz, 1991).

A tese liberal-conservadora do *profit squeeze*, que culpa os salários e custos sociais do *Welfare State* pela estagnação, pela crise do fordismo, começa a ganhar força mesmo na *new left* (Gilpin e alguns regulacionistas abraçam essa tese), ignorando o fato de que os salários neste período cresceram menos que os preços (Teixeira, 1994).

Enquanto os setores industrial e público se endividavam, o setor financeiro crescia. A crise econômica americana agravou-se no início dos anos 70. Os déficits fiscal e no balanço de pagamentos minaram a confiança no dólar, provocando intensa especulação no mercado financeiro internacional. Bilhões de dólares foram transferidos para o mercado de eurodólares. A perda de competitividade para as indústrias japonesas e europeias, das quais o governo americano tinha tolerado um elevado grau de protecionismo comercial aliado a agressivas políticas exportadoras, em nome da construção de uma próspera barreira econômica (e ideológica) ao bloco socialista, só veio agravar esse quadro (Kolko, 1988; Gilpin, 1987; Kurtzman, 1994).

O governo americano, como condutor da potência hegemônica que deveria patrocinar a estabilidade internacional ordenando, regulando e coordenando os interesses dos demais países em competição, assim o fez até 1971 (Gilpin, 1987). Neste ano, para responder ao declínio de sua economia, rompeu unilateralmente o sistema de paridades fixas dos acordos de Bretton Woods, que havia atrelado todas as moedas do mundo ao dólar, instituindo um sistema de taxas de câmbio flutuantes (Teixeira, 1994; Kurtzman, 1994).

Essa crise do padrão-dólar desestabilizou a economia mundial na década de 70, impondo ajustes macroeconômicos a todos os países centrais, situação agravada pelo primeiro choque do petróleo. Políticas anti-inflacionárias recessivas foram adotadas em todos esses países, com retração da demanda e do nível de investimento e emprego (Tavares e Fiori, 1993).

A crise do sistema fordista de regulação, baseado na concepção que defende o estado Keynesiano como promotor e empreendedor do desenvolvimento econômico e social, reforçou a tese liberal-conservadora favorável à diminuição da presença do estado na economia (Tavares e Fiori, 1993; e Vickers e Yarrow, 1988).

O grande volume de "petrodólares" da OPEP foram absorvidos pelo mercado financeiro internacional, através dos bancos privados, que emprestaram aos países do então bloco socialista e aos países em desenvolvimento como o México e o Brasil.

A partir de meados da década de 70, a crise da hegemonia econômica dos EUA soma-se a crise político-militar, com o desgaste em relação ao impeachment do presidente Nixon, com o segundo choque do petróleo em 1979 e a derrota no Vietnã, intensificada pela escalada de revoluções pró-soviéticas na África (ex-colônias portuguesas, Etiópia), América Latina (Nicarágua) e anti-americanas na Ásia (Irã).

A partir de 1979, o governo Reagan intervém na economia internacional, numa política de "hegemonia predatória" (Gilpin, 1987, p. 90), revalorizando o dólar, promovendo a recentralização do poder de compra nos EUA, reduzindo a oferta monetária, aumentando a taxa de juros para atrair capital e desregulamentando o sistema financeiro americano, ocasionando uma nova e profunda recessão das economias européias entre 1980-83, levando-as a criar o seu sistema monetário unificado em torno do marco alemão (Teixeira, 1994).

Os países asiáticos que tinham dívidas com o Japão, como a Coreia, se beneficiaram da política japonesa mais branda, já que o Japão tinha excesso de capital, e não falta, como os países da Europa e os EUA. Como a dívida da América Latina estava concentrada nas mãos dos credores americanos e Europeus, durante a década de 80 a política econômica do governo Reagan, que ficou conhecida como reaganomics, transferiu enormes recursos financeiros desses países de volta para os países centrais, através dos mecanismos de cobrança das dívidas externas, praticamente concentrados nas mãos do *Fed*, o banco central americano (Teixeira, 1994).

De 1983 a 1987 o *Fed* afrouxa sua política monetária restritiva; os déficits comerciais, o serviço da dívida pública e a despesa militar são crescentes. Este período coincide com a intensificação da corrida armamentista do governo Reagan contra a URSS, que Hobsbawm (1995) chama de "Segunda Guerra Fria". Reagan adota um discurso neoliberal para fora e implanta um "keynesianismo militar" no plano interno, que possibilitou crescimento econômico nos EUA, embora medíocre. Como ressalta Hobsbawm, as duas superpotências militares distorceram demais suas economias com uma corrida armamentista muito dispendiosa, até a derrota soviética, antecipada por Gorbachev em 1986. O ocidente absorveu a dívida americana, com o Japão e a Alemanha, basicamente, financiando o déficit dos EUA, por razões político-estratégicas e comerciais, já que se beneficiavam da tolerância americana ao seu protecionismo comercial, bem como da proteção das bases americanas, presentes em todo o mundo (Gilpin, 1987; Hobsbawm, 1995; Arrighi, 1996).

O resultado da desregulamentação financeira promovida pela chamada *reaganomics* foi o acelerado crescimento do mercado financeiro internacional (é somente na área financeira que a globalização ocorre de maneira completa, profunda e a grande velocidade) e a menor capacidade dos governos nacionais controlarem ou mesmo estabelecerem políticas monetárias próprias (Kolk, 1988; Arrighi, 1996; Teixeira, 1994; Hobsbawm, 1995). A partir da conjunção e da evolução ultra-rápida das tecnologias de telecomunicações e informática, a chamada telemática tem possibilitado os meios técnicos para o surgimento do que Kurtzman (1994) chama de

"dinheiro megabyte" (chamado assim por ser uma imagem - e não papel ou moeda, produzida pelos computadores ligados às redes de telecomunicações). Desde que o governo americano rompeu com o sistema de paridades fixas baseado no dólar, a falta de vínculo entre o dinheiro "megabyte" e a economia real (produção e comercialização de matérias-primas, bens e serviços) aumentou dramaticamente. A cada duas semanas o produto anual do mundo passa pela rede de memória eletrônica e tecnologia de ultra-alta velocidade. Essas transações, que ocorrem de New York a Tóquio 24 horas por dia, geraram acelerada especulação financeira, que escapa ao controle dos governos (Kurtzman, op cit).

Em decorrência, houve uma febre de investimentos não produtivos em fusões e take overs. Muitos destes foram operações de alto risco montadas nas bolsas de valores. Agentes especializados (os raiders) desmembraram empresas para vender partes em enormes compras especulativas de ações até 1987, quando ocorre o crack da bolsa de Nova Iorque, forçando alguma intervenção do governo americano (Kurtzman, 1994; Kolko, 1988).

De 1987 a 1990 a aceleração do crescimento da economia americana diminui, e a instabilidade da taxa de juros e do câmbio aumentam as crises financeiras: Nova Iorque em 1987, Tóquio em 1990, México em 1994... Mesmo megainvestidores como Soros, que fizeram sua fortuna com a especulação financeira, se mostram preocupados com a instabilidade e a vulnerabilidade do mercado financeiro internacional, como mostrou a falência de centenário banco inglês provocada por um único executivo sediado em Cingapura.

A capacidade dos EUA em demonstrar que o seu papel hegemônico era do interesse das outras potências foi abalada com a crise de liderança moral e intelectual, para utilizar um conceito gramsciano de poder. Os EUA transformaram-se de maior nação credora em maior país devedor do mundo. Enquanto isso, o Japão se transformava no maior detentor de ativos líquidos no exterior e no maior credor dos EUA. Pela primeira vez em cinco séculos, o poder financeiro mundial se desloca para a Ásia, como lembra Arrighi (op cit).

As dívidas públicas de governos em todo o mundo aumentaram exponencialmente, devido à acelerada especulação financeira e à perda da capacidade dos estados nacionais de gerir políticas monetárias próprias. O gasto público como porcentagem do PIB cresceu em todo o mundo desenvolvido, mesmo com significativos cortes nos gastos sociais, que atingiram fortemente o estado de bem-estar social.

O *Welfare State* e o estado keynesiano intervencionista, essencialmente um estado nacional, entram em crise diante da globalização econômica, aparecendo como obstáculo à circulação de bens, capitais e serviços. Ainda assim, no entanto, as sociedades modernas são organizadas em estados nacionais, e mesmo o discurso liberal do estado-mínimo supõe sociedades claramente delimitadas para fora (Altvater, 1995).

Ao período de recessão competitiva e crise financeira de 1979 a 1982, sucederam-se padrões diferenciados de ajuste macroeconômico e de reestruturação econômica nos países mais desenvolvidos, no período de 1983 a 1990.

O Japão, que desde o final dos anos 60 já estudava processos de reestruturação, optou por mecanismos de regulação e planejamento com forte presença estatal na coordenação do esforço para sair da crise, modernizando a indústria e evitando a concorrência predatória. A Alemanha optou por uma gestão macroeconômica ortodoxa, concatenada com uma estratégia de crescimento "lento mas seguro" (Teixeira, 1994, p. 61), melhorando as vantagens comparativas em vários ramos da economia; embora liberais, as políticas de desregulamentação e privatização têm avançado de forma mais lenta na Alemanha do que em outros países. Nos dois países, em diferentes graus, procurou-se um acordo que impedisse um excessivo descontentamento dos trabalhadores que levasse a mobilizações sindicais. Na Alemanha, o governo Kohl tem, recentemente, tentado impor cortes mais profundos nos benefícios sociais e a reação sindical tem sido forte.

Os EUA e o Reino Unido adotaram um modelo do tipo "liberal-flexível", parcial e distorcido pela alta especulação financeira e pela crise nas relações de trabalho, estas dominadas pelo confronto permanente e generalizado com o movimento sindical (Kolko, 1988). No Reino Unido, além do processo de desindustrialização, os movimentos descontrolados de especulação

financeira, em consequência da opção por consolidar o país como praça financeira internacional, impediram a alavancagem de processos mais equitativos de modernização (Teixeira, op cit).

Debalde essas políticas de reestruturação, entre 1990 e 1992 os países centrais continuaram via de regra em recessão, enquanto a periferia, excetuando-se os "tigres" asiáticos e a China, entraram em colapso. A partir de 1992, vem-se observando lenta recuperação nos EUA e em alguns países centrais, embora de forma descontínua e apresentando um crescimento pífio, se comparado à *golden age* fordista. Mesmo quando há crescimento do PIB, a tendência generalizada tem sido de piora dos indicadores sociais.

Como resultado dessas políticas, Kurz (1992) alerta para a existência de zonas de pobreza em todos os países mais desenvolvidos, sem exceção, e para o fato de que regiões inteiras estão sendo desindustrializadas, derrotadas pela concorrência (por exemplo, no norte da Inglaterra, no Japão e Alemanha, em setores como mineração, metalurgia e indústria naval).

A passagem dessas regiões para o setor terciário da economia, prestando serviços às zonas vencedoras na competição internacional, apesar do otimismo do discurso liberal-conservador, contribui com pouco para compensar o desemprego e a queda do poder aquisitivo (Kurz, 1992; OIT / Relatório da OCDE). O direcionamento dos excedentes para investimentos no setor terciário, em serviços de cultura, turismo, lazer, etc, tem uma chance relativa, segundo Demo (1994), não compensando a exclusão da mão-de-obra originária nem oferecendo salários capazes de influir positivamente sobre a demanda.

O contexto de crise da hegemonia dos EUA impulsionou as empresas transnacionais da triade EUA, UE e Japão, acompanhadas de perto pelas empresas dos outros sócios menores no âmbito da OCDE, para uma acirrada competição internacional, buscando novos mercados em todo o planeta (Porter, 1993). Assim é, por exemplo, que a decisão do eterno presidente da Indonésia, Suharto, de privilegiar uma *joint-venture* entre uma empresa coreana fabricante de automóveis e uma empresa de sua própria família levantou irados protestos de fabricantes europeus e americanos. Da mesma forma, os maiores oligopólios mundiais do setor de telecomunicações já se alistaram para comprar as concessões de telefonia celular recém-desregulamentadas no Brasil; na acirrada disputa que travam, mesmo um mercado interno diminuto como o nosso é um dos maiores do mundo (graças à alta concentração de renda...), num setor cuja demanda básica já foi em grande parte atendida nos países centrais.

As disputas entre os novos blocos econômicos basicamente se dá na triade EUA, Alemanha e Japão. O NAFTA se resume aos EUA na prática, enquanto a UE gira em torno da Alemanha, com algum destaque para a França e o Reino Unido.

Na Ásia, o Japão segue sendo o imbatível carro-chefe, com a Coreia do Sul em segundo lugar, tendo alcançado impressionante nível de desenvolvimento econômico, deixando México e Brasil para trás. Não por acaso, os sucessos japonês e coreano foram induzidos e capitaneados por estados fortemente intervencionistas. A Coreia do Sul ainda terá que enfrentar cedo ou tarde a questão da unificação, com uma Coreia do Norte que parece cada vez mais desestruturada e à beira do colapso econômico, no que poderia ser uma versão asiática das agruras alemãs para nivelar leste e oeste depois da queda do muro de Berlin. Os outros "tigres" são nada mais que ilhas de prosperidade na periferia capitalista, o que os impede de serem levados a sério por quem queira fazer uma análise comparativa, a não ser para o discurso liberal-conservador, que se presta a misturar simples cidades como Cingapura com países incomparavelmente maiores e mais complexos sob qualquer ponto de vista...

A China cresce e incomoda, mas ainda está muito longe de cumprir sua vocação de potência, e isso se não descarrilhar antes, devido a seus gigantescos problemas estruturais, econômicos e políticos; o mercado de um bilhão de consumidores chineses ainda é uma miragem no horizonte dos sonhos capitalistas, debalde os bilhões de dólares já investidos e a rápida propagação e crescimento das "ilhas capitalistas permitidas" na costa leste.

A competição internacional por novos mercados tem se dado no mundo todo, além das disputas intra-blocos, fazendo aumentar a pressão pela maior abertura comercial. Essa intensificação nas pressões para abertura das economias nacionais implica em políticas de privatização com variados graus de intensidade, seja vendendo parte ou o total de ações do governo em uma empresa estatal, seja desregulamentando ou flexibilizando um setor de

monopólio estatal para permitir a concorrência com a iniciativa privada. Estas políticas desempenham um papel central no projeto de economia de mercado (Altvater, 1995). Elas entraram em pauta a partir dos anos 80, especialmente com o advento do governo Thatcher no Reino Unido, que representou a experiência mais radical neste sentido na UE. Os governos Reagan e Thatcher intensificaram as pressões para que fossem adotadas políticas semelhantes no restante do mundo.

Como resultado da intensificação da competição, a economia internacional passa por uma reestruturação produtiva que reúne elementos de racionalização técnica e organizacional.

A racionalização técnica tem substituído a mão-de-obra por agregados científicos com alto investimento de capital como a "mecatrônica", mudança da base metal-mecânica para eletrônica. O desenvolvimento cada vez maior da tecnologia permite um nível de automação e flexibilidade da produção industrial em escala nunca vista. Faz-se necessária breve discussão com o intuito de desmitificar as teses que buscam explicar parte substantiva das mudanças pelas quais vêm passando capital e trabalho desde os anos 70 a partir do determinismo tecnológico.

Sem dúvida, o avanço tecnológico possibilitou que o crescimento da produção rompesse os laços com o crescimento do emprego (Gorz, 1982). Corroborando esta tendência apontada por Gorz, de 1981 a 1993 o PIB cresceu anualmente bem mais do que o emprego nos países europeus membros da OCDE, segundo a OIT (Empleo, 1994). Como exemplo, em 1988 o PIB cresceu em 3,5% enquanto o emprego cresceu em 1,5%.

No entanto, a tecnologia, por si só, é um instrumento neutro, e as consequências da sua aplicação dependem da maneira dos homens se servirem dela. Como salienta Dussel (1984), a tecnologia tem seu potencial transformador próprio, mas sofre poderosa influência dos sistemas sociais nos quais está inserida. Braverman (1980) credita a culpa pelo mau uso da tecnologia ao sistema capitalista, enquanto Gorz (1980) culpa a inércia dos trabalhadores em não utilizar a tecnologia para resolver os seus problemas, deixando a iniciativa ao patronato.

Assim é que a relação das inovações tecnológicas com a organização do trabalho é uma relação entre duas variáveis, longe de qualquer determinismo inevitável (Dina, 1987), dependente, portanto, da intermediação dos vários atores sociais envolvidos no processo. Portanto, para compreender o nosso tempo, à maneira da conclamação que nos faz Arrighi, sejamos ecléticos, não nos aferremos a um único ângulo de visão, seja ele o dos engenheiros, o dos economistas, o dos filósofos, o dos sociólogos, o dos historiadores ou o dos cientistas políticos.

A racionalização organizacional tem sido feita com o enxugamento drástico das estruturas fordistas e a divisão destas em unidades de produção menores e mais independentes. A focalização no negócio da empresa, passando a subcontratar os serviços que não são atividade-fim generalizou-se (Kolko, 1988). Os processos produtivos têm sido redesenhados, com o advento da automação flexível (Lipietz, 1991; Arrighi, 1996).

Segundo Altvater (1995), está havendo uma mudança de função do estado na direção do estado concorrencial nacional, que aceita integralmente a lógica liberal das duras condições da concorrência no mercado mundial, envidando esforços politicamente legitimados para fortalecer a competitividade e proteger grupos de capital espacialmente definidos.

Os estados concorrenciais em disputa, estivessem sob a direção de governos liberal-conservadores ou social-democratas, passaram a incentivar a desregulamentação de direitos trabalhistas e a flexibilização do contrato de trabalho, como formas de diminuir os custos do trabalho (Lipietz, 1991; Kolko, 1988). Os cortes de benefícios sociais, que passaram a ser vistos como fatores de pressão sobre o déficit público, atingiram o Welfare State, cuja desconstrução atingiu até o paradigmático modelo sueco. Em 1986, por exemplo, 65% dos desempregados nos EUA não recebiam nenhum seguro-desemprego (Kolko, 1988).

Desemprego em massa e pobreza, problemas que a *golden age* fordista tinha em grande parte eliminado nos países mais desenvolvidos, com a intervenção estatal de caráter keynesiano na economia, reapareceram. O desemprego na Europa Ocidental subiu de 1,5% em média nos anos 60 para 9,2% no final dos anos 80 (Hobsbawm, 1995).

Entre 1980/86 o desemprego cresceu na OCDE enquanto a produtividade crescia, os salários reais caíam e os gastos sociais eram cortados significativamente, desmentindo uma vez

mais a tese liberal-conservadora que responsabiliza o custo do trabalho e do sistema de proteção social pela crise do capital.

Mesmo no Japão, a política de emprego vitalício foi atingida e a transferência de trabalhadores para níveis inferiores em empresas subcontratadas está aumentando (Osawa, 1993).

O trabalho mais bem pago, em tempo integral e por tempo indeterminado nos setores industrial e de serviços reestruturados, está sendo substituído pelas várias formas de *cost-free labor*: trabalho temporário, *part-time*, em casa, aprendizes, estagiários (Kolko, 1988; Mattoso, 1995). As empresas estão reduzindo o tamanho da força de trabalho diretamente empregada, os *core workers*. O número de *cost-free labor* passou a crescer mais do que o emprego em tempo integral: entre 1983/89, por exemplo, o emprego *part-time* cresceu na OCDE a uma média anual de 2,1%, contra 1,5% de crescimento do emprego por tempo integral (Mattoso, 1995).

Para o *cost-free labor* o empregador não tem custos com auxílio-doença, seguro-saúde, férias e benefícios, e os salários são usualmente 50% a 30% menores do que os salários dos *core workers*. O custo de pessoal não é mais um custo fixo. Os trabalhadores temporários e também a subcontratação/terceirização têm se tornado parte integrante do ajuste das empresas às mudanças cíclicas (Kolko, 1988). Esta mão-de-obra subcontratada é composta não só de profissionais não-qualificados, como nos serviços de limpeza, transporte, etc, mas também por profissionais qualificados, como nas áreas de marketing, informática, projetos de engenharia, etc, e isso tem atingido as classes médias, diminuindo a participação desse extrato na composição social dos anos 80/90.

Em 1991, 40% do emprego no Reino Unido já era constituído pela mão-de-obra contratada temporariamente e subcontratada, o *flexiwork*, a maioria excluída do sistema de benefícios sociais (Mattoso, 1995).

Numa espécie de "efeito ampuheta", na base há um número cada vez maior de trabalhadores divididos em empregos precários ou desempregados; no meio, há um grupo cada vez menor e progressivamente desestabilizado de trabalhadores semiquualificados (como os supervisores de linhas de produção, por exemplo); no alto da ampuheta há um grupo cada vez menor de trabalhadores superqualificados (Lipietz, 1991; Kurz, 1992).

Conforme aponta Kurz (1992), já não são somente os turcos na Alemanha ou os árabes na França os únicos excluídos, mas a estes se somam, num autêntico apartheid social, os 10% de pobres alemães e os *homeless* ingleses da era Thatcher-Major.

Quatro quintos dos americanos não são beneficiados pela demanda internacional. Trabalhadores especializados e bem pagos, a essência da força de trabalho americana tradicional, perderam milhões de empregos em empresas transferidas para outros países ou prejudicadas pela concorrência internacional. Milhões de novos empregos foram criados, temporariamente ou não, oferecendo baixos salários, exigindo poucas qualificações e oferecendo poucas oportunidades de ascensão profissional, basicamente no setor de serviços que não exigem qualificação, como em lanchonetes, supermercados, hotéis, etc (Kennedy, 1993).

A despeito de reações como as promovidas em 1996 pelo movimento sindical alemão e francês e pelo sindicalismo coreano no início de 1997, em geral o movimento sindical ainda se encontra acuado diante do desemprego e das ameaças de falências e fusões, com seu poder de pressão reduzido, reconhecendo a fragmentação da força de trabalho e fazendo concessões salariais e em benefícios. A pulverização da representação sindical nas categorias fortemente atingidas pela terceirização também dificulta bastante a ação sindical, devido à menor concentração de trabalhadores nessas empresas subcontratadas, que são menores, como também o são as empresas depois da reestruturação produtiva. Mesmo fazendo concessões, no entanto, os trabalhadores não viram o quadro melhorar, o que contradiz mais uma vez a tese que culpa os próprios trabalhadores pelo seu desemprego e pelas dificuldades do capital (Kolko, 1988).

Se os efeitos perversos dessa nova desordem internacional já se fazem sentir nos países centrais, pode-se imaginar a dimensão social dos impactos que estes processos estão trazendo aos demais países cujo mercado de trabalho apresente perfil de acentuada heterogeneidade e onde o trabalhador jamais tenha gozado de proteção social sequer comparável à existente nos países centrais.

Para as sociedades periféricas e semi-periféricas (na tipologia de Wallerstein), como a brasileira, o discurso liberal-conservador valeu *in totum*: abertura incondicional dos mercados, desestatização e forte contenção dos gastos públicos, agravando ainda mais o quadro pré-existente de desemprego endêmico e exclusão social. Nessas sociedades, a informalização da economia e a precariedade do mercado e das condições de trabalho avançaram muito mais do que nos países centrais, onde os combalidos sistemas de proteção social ainda impedem - embora cada vez menos - a barbárie da exclusão social.

Na América Latina e no Caribe, entre 1990 e 1993, de cada 10 novos empregos criados 8,3 foram criados no setor informal, e 57% destes em ocupações por conta própria, contra 43% em micro-empresas. O setor informal em 1993 respondia por 55% do total do mercado de trabalho da América Latina.

Lipietz (1991, p.61) chama de "abrasileiramento" o fenômeno de forte polarização social que está ocorrendo nos países centrais, baseando-se no altíssimo índice de concentração de renda brasileiro. Segundo o Banco Mundial (*Social Indicators of Development* -1990), entre 32 países de todo o mundo, o Brasil apresenta o pior índice de concentração de renda, sendo 3,4 vezes maior que o de Gana, mais de 2 vezes o do Peru e 3,5 vezes o do Paquistão. Isto coloca o Brasil como exemplo de sociedade que, para Lipietz, apresenta um explosivo grau de polarização social que deve ser evitado a todo custo pelos países mais desenvolvidos. O Brasil, novamente com uma concentração de renda entre as três piores do mundo, segundo o último relatório da ONU publicado em 1996, é sério "candidato a campeão mundial de desigualdade econômica", como diz Hobsbawm (1995, p.397).

No caso brasileiro, a informalização da economia já atinge por volta da metade da população economicamente ativa e tenderá a aumentar, para absorver os excedentes oriundos da agricultura e da economia competitiva nas nossas "ilhas de fordismo periférico". Assim, com a maioria dos trabalhadores tendendo a sobreviver no mercado informal, marcado pela pobreza, somente uma parcela da nossa economia teria chance de ser competitiva. É o que Demo (1994) chama de "sistema produtivo ignorante", porque evita formar mercado interno e não se inclina ao desenvolvimento humano.

A reestruturação produtiva da economia internacional tem atingido os países em desenvolvimento de maneira ainda mais dramática se se leva em conta que as vantagens comparativas tradicionais (tamanho geográfico, abundância de matéria-prima e recursos naturais, disponibilidade de mão-de-obra barata) estão cedendo lugar aos investimentos intensivos em tecnologia de alto valor agregado e ao uso dos novos materiais, que vão substituindo as *commodities* exportadas por muitos países semi ou periféricos (Demo, 1994; Lipietz, 1991; Kurz, 1992).

Num mundo onde a globalização da economia se acentua, não deixa de ser paradoxal o crescimento das rivalidades étnicas, que representam, junto com o terrorismo "político-religioso" (incluindo o terror da direita branca americana), a maior ameaça aos negócios, seja no leste europeu, na ex-Iugoslávia, na Europa ocidental ou nos EUA (Kurtzman, 1994). Os movimentos neofacistas e neonazistas começaram na Alemanha, França e Itália, mas já atingiram quase todos os países europeus. Segundo Kurtzman (op cit) essa reação xenófoba e nacionalista se dá precisamente pelo temor dos trabalhadores de cada país que sentem a ameaça de uma vasta força de trabalho global, que pode estar em longínquos países de cujas culturas sequer têm idéia, ameaçando seus níveis de salários, seus empregos, seu futuro. Tanto Kennedy (1993) quanto Kurtzman (1994) explicam este paradoxo da globalização gerando uma reação inversa de aferramento dos indivíduos à sua própria raça, religião, cultura, aldeia ou cidade, devido à necessidade humana de não se condenar à solidão da alienação num mundo em que a unidade funcional é global e, portanto, abstrata, vaga, etérea.

Para onde caminha a humanidade? Não é objeto desse trabalho discutir cenários, portanto tomemos emprestado, em parte, o raciocínio de Arrighi para procurar antever alguma luz no fim do túnel.

Arrighi faz a distinção entre duas lógicas de poder opostas, a capitalista e a territorialista. A capitalista obedece à lógica da acumulação de capital, como ocorreu com as cidades-estado italianas de Gênova e Veneza no passado e ocorre com Hong Kong e Cingapura hoje. A

territorialista tem a lógica de poder baseada em território e população, como ocorreu com a Espanha no passado e como pode estar ocorrendo com a China hoje.

Como salienta Hobsbawm (1995, p. 402),

“o triunfalismo neoliberal não sobreviveu aos reveses econômicos de início da década de 90, nem talvez à inesperada descoberta de que a economia mais dinâmica e de crescimento mais rápido do globo era a da China comunista”.

Como lembra o mesmo Hobsbawm, a ligação entre livre mercado e democracia política não é intrínseca: a ditadura chilena permitiu a assessores dos EUA instalarem uma economia irrestrita de livre mercado. Vale lembrar que, ainda hoje, a tragicômica figura do general Pinochet segue sendo figura de proa no poder militar do “moderno” Chile...

Deixando de lado uma improvável possibilidade da China se converter em poder hegemônico num futuro próximo, restaria aos EUA, que detêm o poder político-militar (que corresponderia aos requisitos do poder territorialista do passado) entrar em acordo com o Japão, que detém o poder financeiro.

O surgimento de um macrorregionalismo de comunidades concorrenciais, representadas pelos blocos econômicos como o NAFTA, a UE, a ASEAN (ainda incipiente) e o MERCOSUL, aos quais são transferidas algumas funções dos estados nacionais, revelam a fragilidade tanto de medidas microeconômicas reguladas pelo mercado quanto de intervenções estatais isoladas, como demonstrou o fracasso das estatizações bancárias promovidas pelo primeiro governo Mitterrand na França (Altwater, 1995; Gilpin, 1988; Arrighi, 1996).

Alternativas políticas viáveis e progressistas de crescimento econômico e geração de empregos só seriam possíveis a partir de um outro difícil consenso que não o de Washington, partindo de uma espécie de “neo-keynesianismo global”, como diria Galbraith, através de organismos interestatais de cooperação internacional. Lipietz (1991), dizendo que a crise atual não é uma calamidade inevitável, sugere a invenção de um novo “grande compromisso” (p. 51), que passa por negociações que levem a um novo pacto salarial e social, com aumento do tempo livre e do poder aquisitivo dos trabalhadores, bem como da contrapartida do aumento da produtividade, freando os custos do desemprego e da exclusão social. Estas negociações seriam reguladas por acordos internacionais que impedissem a autofagia resultante da concorrência internacional predatória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTWATER, E. O Mercado Mundial como Área de Operações ou a Transformação do Estado Nacional Soberano no Estado Nacional Concorrencial, in: Revista Indicadores Econômicos da FEE V23 No. 1, Maio, Porto Alegre, 1995.
- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo. Rio de Janeiro / São Paulo: Contraponto / UNESP, 1996.
- COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: beyond international relations theory. In: KEOHANE, Robert (ed.) Neorealism and its critics. New York: Columbia University Press, 1986.
- DEMO, Pedro. O Futuro do Trabalhador do Futuro: ótica estratégica do desenvolvimento humano. Brasília: OIT, 1994.
- DINA, Angelo. A Fábrica Automática e a Organização do Trabalho. Petrópolis: Vozes/IBASE, 1987.
- DUSSEL, Enrique. Carlos Marx - Cuaderno Tecnológico - Histórico. Puebla - México, 1984.
- GILPIN, R. The Political Economy of International Relations. New Jersey: Princeton

- University Press, 1987.
- GORZ, André. Adeus ao proletariado - para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1982.
- GORZ, André. Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- HOBSBAWM, E. Era dos Extremos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.
- KENNEDY, Paul. Preparando para o Século XXI. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- KOLKO, Joyce. Restructuring the world economy. New York: Pantheon Books, 1988.
- KURZ, Robert. O Colapso da Modernização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KURTZMAN, Joel. A Morte do Dinheiro: como a economia eletrônica desestabilizou os mercados mundiais e criou o caos financeiro. São Paulo: Atlas, 1994.
- LIPIETZ, Alain. Audácia: uma alternativa para o século XXI. São Paulo: Nobel, 1991.
- MATTOSO, Jorge. A Desordem do Trabalho. São Paulo: Página Aberta, 1995.
- OIT. El trabajo en el mundo: la situación mundial del empleo. Genebra, 1994.
- OIT INFORMA - América Latina y el Caribe. Panorama Laboral. Genebra, nº 1, 1994.
- OSAWA, Machiko. Transformação estrutural e relações industriais no mercado de trabalho japonês. In: HIRATA, H. (Org.) Sobre o "modelo" japonês. São Paulo: EDUSP, 1993.
- PALMA, Gabriel. "Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for analysis of concrete situations of underdevelopment?". In: World Development. Vol 6 pp 881-924, 1978.
- PORTER, Michael E. A Vantagem Competitiva das Nações. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. Desajuste Global e Modernização Conservadora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- TEIXEIRA, Aloisio. O Ajuste Impossível: um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- WALLERSTEIN, Immanuel. The Capitalist World-Economy. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.